



Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais – MG

**Public policy strategies for strengthening family agriculture: a case study in Cocais, in the municipality of Barão de Cocais**

Rejane Beatriz Mendes, Mestre, EMATER/MG, rejane.mendes@emater.mg.gov.br;  
Renato Linhares de Assis, Doutor, EMBRAPA-Agrobiologia, renato.assis@embrapa.br;

### Resumo

O fortalecimento da agricultura familiar se depara com o desafio de compatibilizar a organização da produção, a demanda do mercado consumidor, as tecnologias e a assistência técnica. Agricultores familiares de Cocais, no município de Barão de Cocais (MG), têm acessado políticas públicas de apoio à agricultura familiar, que têm estimulado investimentos na produção, elevado a renda das famílias e promovido mais qualidade de vida no meio rural. Este artigo tem como objetivo analisar como políticas públicas para o meio rural podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente na região de Cocais. Para isso, foi utilizada como metodologia análise documental e revisão bibliográfica acerca do histórico do distrito de Cocais, e entrevista com base em roteiro aberto, aplicada a vinte famílias de agricultores do distrito atendidos por técnicos da extensão rural. Foram levantados dados como tamanho da propriedade, idade, grau de escolaridade, produção, renda, políticas públicas conhecidas e acessadas, práticas agroecológicas, e canais de comercialização. Verificou-se que práticas agroecológicas eram utilizadas nas unidades produtivas e que os entrevistados acessavam diversas políticas públicas para o meio rural. Além disso, foram identificadas outras atividades não agrícolas com potencial para serem desenvolvidas na região, indicando a importância da pluriatividade para a promoção de ações de desenvolvimento local. Constatou-se ainda o envelhecimento da população e a diminuição da mão de obra masculina no campo. Os agricultores familiares, mesmo sofrendo com a pressão da atividade minerária,

### Abstract

The strengthening of the family farming sector faces the challenge of making production organization, consumer market demand, technologies and technical assistance compatible. Family farmers in Cocais, in the municipality of Barão de Cocais (MG), have accessed public policies to support family farming, which have stimulated investments in production, increased family income and promoted more quality of life in rural areas. This article aims to analyze how public policies geared toward rural areas can contribute to the strengthening of the family farming sector, specifically in the Cocais region. To do so, researchers used a document analysis methodology and conducted a bibliographic review on the history of the Cocais district; interviews based on open script were also applied to twenty farmer families in the district who are assisted by rural extension technicians. Data has been collected such as property size, age, scholarship, production, income, known and accessed public policies, agroecological practices, and channels of commerce. Research confirmed that agroecological practices were utilized by families in their productive units and that those interviewed accessed many public policies designed for rural areas. In addition, other non-agricultural activities with the potential to be developed in the region have been identified, indicating the importance of pluriactivity for the promotion of local development actions. The aging of the population and reduction of male labor was also documented in the region. Family farmers, despite suffering from the pressure of mining

têm investido na produção, acessado novos canais de comercialização, como feiras livres, exposições e mercados institucionais, gerando novas ocupações e renda. Essa inserção em novos mercados tem possibilitado ainda o retorno de mão de obra para atividade agrícola, bem como a melhoria na qualidade de vida no meio rural.

**Palavras-chave**

agroecologia; mercados institucionais; pluriatividade; desenvolvimento local.

activities in the region, have invested in their household production, accessing new commerce channels, such as open-air markets, expositions and institutional markets, generating new jobs and income. Their inclusion in new markets has allowed them to return their labor to rural activities and has been important for the improvement of the quality of life in this rural region.

**Keywords**

agroecology; institutional markets; pluriactivity; local development.

## 1. Introdução

O início da ocupação das terras em Minas Gerais aconteceu atrelado à atividade de extração de ouro que, ao demandar alimentos para sua mão de obra, foi seguida pelo desenvolvimento da agricultura. A atividade aurífera foi tão importante que deu nome ao estado e sua população desenvolveu relação muito próxima com a mineração, que em algumas regiões ainda é a atividade econômica principal e dela se originam tantas outras complementares. É o que se verifica atualmente com a mineração de ferro, que representa importante fonte de divisas para o estado de Minas Gerais, sendo atividade que atrai trabalhadores de diversas áreas, inclusive da agricultura familiar.

A ocupação do território de Minas Gerais ocorreu concomitantemente com a dinâmica do desenvolvimento das atividades de mineração e agricultura de abastecimento (Rezende, 2016). Exemplo típico dessa dinâmica é Cocais, distrito do município de Barão de Cocais, localizado na região central do estado de Minas Gerais, que teve a sua origem nos áureos tempos da mineração, atividade que se estabeleceu no local desde então apoiada por uma agricultura de abastecimento de base familiar. Hoje, ainda são desenvolvidas localmente as duas atividades, que às vezes se complementam e outras vezes competem entre si pela mão de obra.

Segundo Silva (2011), a agricultura familiar no Brasil pode ser categorizada com diversas tipologias, podendo apresentar desde sistemas de produção com aspectos típicos do camponês tradicional, até a pequena produção modernizada plenamente inserida no mercado capitalista. Porém, esse importante setor socioeconômico brasileiro foi negligenciado como beneficiário de políticas públicas no país até o final do século XX.

Entende-se que o fortalecimento da agricultura familiar se depara com o desafio de compatibilizar a organização da produção, a demanda do mercado consumidor, as tecnologias e a assistência técnica. Nesse sentido, os agricultores familiares da região têm acessado políticas públicas criadas para fortalecer esse setor produtivo. Essas políticas têm estimulado investimentos na produção, elevado a renda dos agricultores e de todas as pessoas envolvidas na atividade agrícola, bem como promovido mais qualidade de vida no meio rural.

Nessa perspectiva, Wittmann (2018) afirma que as políticas públicas recentes voltadas ao desenvolvimento rural reconheceram a necessidade de apoiar populações tradicionalmente excluídas, e possibilitaram avanços, priorizando o combate a pobreza rural, a geração de renda

e o acesso a terra, possibilitando condições de manter o público da agricultura familiar no campo, com condições dignas de produção e sobrevivência.

Este artigo tem como objetivo analisar como políticas públicas para o meio rural podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente na região do distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG).

## **2. Políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar**

Com a abertura, em 2006, do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) no município de Barão de Cocais (MG), o público rural do distrito de Cocais, teve a assistência técnica e extensão rural (ATER) pública e gratuita incrementada. Passou, então, a poder acessar de forma continuada serviços de apoio e estímulo à produção agropecuária, incluindo seu beneficiamento, comercialização e gestão, assim como algumas políticas públicas.

É o caso do acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio de elaboração de projetos técnicos, que tem favorecido o aumento na geração de renda e ocupação da população rural, possibilitando melhor aproveitamento da mão de obra das famílias agricultoras nas atividades e serviços agropecuários e não agropecuários.

O acesso ao programa inicia-se com a discussão por parte da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a instituição de ATER para obtenção da Declaração de Aptidão (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas.

A DAP constitui-se como documento fundamental para o acesso a outras políticas públicas vinculadas a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA, ao vincular a aquisição de produtos da agricultura familiar como estratégia para o fornecimento de alimentação diversificada para populações em situação de insegurança alimentar, promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a

agricultura familiar. Desburocratizou o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar, dispensando as regras de licitação. Para isso o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando a produção agroecológica e os processos de agregação de valor à produção (Mendes, 2016).

Conforme Grando e Ferreira (2013), o PAA tem o papel fundamental de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, o fornecimento de alimentos à rede pública de promoção e proteção social e, ainda, a estruturação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional descentralizados.

Destaca-se também o PNAE, programa do Ministério da Educação que através da transferência de recursos financeiros do governo federal, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os governos estaduais e municipais, garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, durante o período letivo em escolas públicas e filantrópicas.

O PNAE tem por objetivo principal promover ações de educação alimentar e nutricional e ofertar refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos. Visa ainda contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial e da aprendizagem, bem como para a formação de práticas alimentares saudáveis por parte dos alunos (Mendes, 2016).

Porém, como afirmam Bastos *et al.* (2017), esse programa agregou objetivo complementar de fortalecer a agricultura familiar com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabeleceu, para os executores da política pública, a obrigatoriedade, do uso de pelo menos 30% dos recursos passados pelo FNDE para compra de produtos provenientes da agricultura familiar.

Assim, apesar do PNAE ter sua origem na década de 1940, e da Constituição Federal assegurar o direito à alimentação escolar para todos os alunos da educação básica, foi somente após a promulgação da referida lei que o programa teve maior visibilidade e amplitude, ao associar a aquisição de alimentos à produção da agricultura familiar. Destaca-se ainda que, sempre que possível, os executores da política pública devem priorizar a compra de alimentos orgânicos ou agroecológicos (Mendes, 2016).

Para Triches e Schneider (2010), o PNAE sugere um modelo de produção e alimentação voltado para a promoção da saúde, ao aproximar a produção dos agricultores

familiares do público consumidor de alimentos e estabelecer reconexão da cadeia alimentar, com uma relação mais estreita entre o rural e o urbano. Ressaltam que no Brasil, ainda são escassos estudos que abordem o papel desse programa como política pública que contribua com a solução dos diversos problemas associados a produção de alimentos e o meio ambiente.

A execução das políticas públicas voltadas ou vinculadas à agricultura familiar, como PRONAF, PAA e PNAE, ocorre intrinsecamente vinculadas às instituições de extensão rural existentes no Brasil. Nesse sentido foi instituída a Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, referente a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, que representou uma mudança no marco legal da ATER no país, permitindo o avanço na qualificação e na priorização desses serviços no território nacional. Dos princípios da PNATER, podemos ressaltar a necessidade de assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento desse setor produtivo. Para tanto, propõe uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia.

Destarte, desde 2003, a temática da agroecologia foi institucionalizada no governo federal com a incorporação de seus princípios, nas diretrizes e nos objetivos da PNATER. Com um esforço, desde então, para a capacitação e intercâmbio de informações, qualificando um conjunto significativo de técnicos da extensão rural para atuarem com o enfoque agroecológico.

Mais recentemente, com o Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), ocorreu avanço na institucionalização dos princípios da agroecologia, com a ação integrada de diferentes programas governamentais relacionados com essa temática. Para tanto, a PNAPO foi estabelecida com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Com o lançamento da PNAPO, o governo brasileiro assumiu o compromisso com a ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta,

e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais.

Verifica-se que todas as políticas públicas citadas são convergentes e pretendem criar condições para que a população rural reduza sua mobilidade, permanecendo na zona rural com vida e produção de qualidade. Essas políticas podem ser utilizadas como estratégias para apoiar ações produtivas e não produtivas, de forma que as unidades de produção dos agricultores familiares tenham suas atividades fortalecidas, e consigam se manter economicamente.

### **3. Metodologia**

A base metodológica utilizada no desenvolvimento desse trabalho foi estudo de caso realizado com base em entrevista estruturada junto a agricultores familiares do distrito de Cocais, no município de Barão de Cocais (MG), e apoio de análise documental e revisão bibliográfica. Ao longo das entrevistas, outras questões puderam ser consideradas, mesmo que não definidas anteriormente, incluindo observações realizadas durante as visitas as unidades de produção agrícola.

O objetivo foi obter dados gerais e específicos referentes às famílias agricultoras do distrito de Cocais e suas formas de trabalho e produção, enfatizando o papel das políticas públicas para o setor rural num contexto local de pressão e disputa por mão de obra do setor agrícola com a mineração, principal atividade econômica do município.

Foram selecionadas 20 famílias, escolhidas dentro do universo de agricultores familiares do distrito de Cocais, atendidas pela equipe local do escritório da EMATER-MG de Barão de Cocais (MG). Estas famílias foram elencadas porque haviam demonstrado interesse em produzir alimentos agroecológicos, com objetivo de oferecer a produção com selo orgânico nos mercados institucionais. A participação efetiva nas ações de desenvolvimento local e sustentável também determinou a escolha desse público para compor o presente estudo de caso.

As entrevistas tiveram duração média de 45 minutos, tendo sido realizadas no período de março a outubro de 2015, buscando sempre momentos que não interferissem nas atividades rotineiras dos agricultores. Inicialmente era apresentado ao entrevistado o objetivo da pesquisa, solicitando em seguida sua colaboração para responder as questões. A boa

receptividade dos agricultores facilitou a coleta dos dados, que aconteceu em clima de informalidade.

#### **4. Resultados e discussão**

A história do município de Barão de Cocais (MG), desde o período colonial em Minas Gerais, está diretamente relacionada à mineração. Conforme Campos e Faria (2005), “a colonização e a história das Minas Colonial encontram raízes nas iniciativas dos numerosos desbravadores do seu território, que devassaram extensas áreas em busca de ouro, prata e pedras preciosas”. Com a descoberta das minas auríferas, uma verdadeira corrida do ouro ocorreu na região que deu origem a Comarca de Mariana, da qual surgiu o município de Barão de Cocais, no início do século XVIII.

Como relata Campos e Faria (2005), na tentativa de manter o controle da extração do ouro, evitando o contrabando e forçando a arrecadação do imposto estabelecido como um quinto da produção, a Coroa Portuguesa providenciou a abertura de um caminho com postos de fiscalização. Esse caminho, hoje denominado de Estrada Real, era composto na verdade por um conjunto de quatro caminhos oficiais: Caminho Velho, que ligava as minas ao Rio de Janeiro com um trecho pelo mar entre Paraty e o Rio de Janeiro; Caminho Novo, ligando as minas ao Rio de Janeiro por via terrestre; Caminho da Bahia, que margeava o Rio das Velhas e o São Francisco; e o Caminho do Diamante, que ligava Diamantina a Ouro Preto.

Um rápido e intenso povoamento ocorreu então, reunindo ambiciosos e aventureiros. A partir de 1711, foram criadas as primeiras vilas, dentre elas, a de Mariana. A criação das vilas foi mais uma tentativa política e fiscal da Coroa Portuguesa para melhor controlar a ação econômica da população e assegurar o pagamento dos impostos. Campos e Faria (2005) descrevem que a mineração, como atividade principal, ditou o ritmo da vida das populações mineiras, que se dedicaram à extração do ouro e pedras preciosas, bem como a outras atividades complementares e subsidiárias à mineração.

Em pouco tempo a região das minas sofreu com problemas sociais, populacionais e de abastecimento. A pequena produção de gêneros alimentícios visava preferencialmente à subsistência. Devido à necessidade de transporte do ouro, iniciou-se o movimento dos tropeiros pelos caminhos da estrada real, desde o Caminho dos Diamantes, partindo de Diamantina, até a cidade do Rio de Janeiro. Na volta, os tropeiros traziam uma variedade enorme de produtos que eram comercializados no interior. Assim, o constante movimento de

ir e vir das tropas viabilizou o comércio e também contribuiu para a ocupação do interior das Gerais, surgindo assim às vilas, que eram aglomerados populacionais que tinham uma economia quase autossuficiente. Ao redor das vilas se instalaram as pessoas que tinham habilidades para trabalhar a terra, e produzir alimentos; principalmente em roças de milho, feijão, mandioca, algumas hortaliças, e árvores frutíferas. Posteriormente, no final do século XVIII, foram formados os núcleos de criação de gado leiteiro, dando início à produção do queijo Minas artesanal (Mendes, 2016).

Cocais tem 312 anos, foi fundado no dia 26 de julho de 1703, pelos bandeirantes portugueses Antônio Furtado Leite e João Furtado Leite, então como ponto de parada de tropeiros que rapidamente se constituiu como importante entreposto de comércio de gêneros necessários para o abastecimento da população local como cereais, feijão, açúcar, aguardente e produtos importados: espelhos, vidros, tecidos finos, porcelanas, sal e ferramentas. Atualmente, Cocais é distrito do município de Barão de Cocais (MG), que está localizado na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, e na Microrregião de Itabira. O município de Barão de Cocais está incluso na região minerária denominada Quadrilátero Ferrífero. Os patrimônios naturais (cachoeiras e serras); arqueológicos (pinturas rupestres); e arquitetônicos (ladeiras de calçamento “pé de moleque”, casarios e igrejas do século XVIII), completam o cenário de Cocais, sinalizando possibilidades de serviços não agrícolas para o agricultor familiar.

A atividade mineradora é a principal fonte de renda do município de Barão de Cocais (MG). A exploração de minérios tem como característica a dificuldade em estabelecer ligação com dinâmicas econômicas locais e regionais. Chega a exercer, na realidade, uma força capaz de fazer com que os investimentos na região girem, quase que exclusivamente, em torno dessa atividade. Assim, os agricultores familiares de Cocais apresentam uma mobilidade no que se refere à ocupação, ocorrendo frequente migração de mão de obra da atividade agrícola para a mineração e suas atividades de suporte.

A população rural de Barão de Cocais (MG) corresponde a aproximadamente 10% da população total do município, e o distrito de Cocais concentra 8,85% da população do município (Quadro 1).

Quadro 1. Dados demográficos e territoriais do município de Barão de Cocais (MG).

População de acordo com o censo de 2010	28.442
População estimada em 2013	30.501
População urbana estimada em 2013	27.451
População rural estimada em 2013	3.050
Área territorial (Km <sup>2</sup> )	340,601
Densidade demográfica (habitantes/Km <sup>2</sup> )	83,51

Fonte: Adaptação dos dados do IBGE, 2010.

Os agricultores familiares de Cocais desenvolvem a produção de hortaliças, pecuária leiteira e plantio de culturas perenes, eucalipto e fruteiras. É uma região que já teve maior expressividade no contexto municipal no que se refere à produção agrícola, mas que ainda mantém muitos aspectos agroalimentares tradicionais.

A culinária marca a identidade da região e da população de Cocais, que almeja hoje o título de *Terra da Quitanda* (Dias, 2015), face à diversidade de produtos agroalimentares artesanais assados em forno a lenha, herança dos seus primeiros moradores, conhecidos como quitandas. Na cozinha mineira, quitanda quer dizer tudo aquilo, excetuando-se o pão, que se serve com o café: bolos, biscoitos, sequilhos, broas, sonhos, brevidades, e também doces, feitos com produtos vindos dos quintais: doce de leite, goiabada cascão e compotas de frutas. A região guarda os primórdios da cozinha mineira e do modo de ser do mineiro.

Entende-se que a pluriatividade é uma característica da agricultura familiar que contribui sobremaneira para a manutenção da população rural no campo. Isso é importante especialmente em espaços como o do distrito de Cocais, onde a mineração tem forte apelo para drenar mão de obra do campo, e apoiar a agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento local é fundamental, considerando os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais, na busca de soluções não excludentes.

Nesse sentido, os resultados obtidos com o levantamento dos dados representam a realidade vivenciada pelos agricultores familiares de Cocais com a interface das políticas públicas. Verificou-se que 50% dos agricultores entrevistados trabalhavam em unidades de produção com área entre 1 a 10 hectares (Figura 1). No município de Barão de Cocais (MG) o módulo fiscal é de 20 hectares e, para o enquadramento ao PRONAF, o máximo são quatro módulos. Isso determina que, na região de estudo, o limite de área seja 80 hectares. Como a

área das unidades de produção dos entrevistados foi identificada como abaixo desse limite, de acordo com este critério todos foram considerados agricultores familiares.

A posse da terra no distrito de Cocais tem sua principal origem na herança, o que determinou que as propriedades fossem, com raras exceções, historicamente parceladas entre herdeiros. Em alguns casos, ocorreu a compra de pequenas áreas que foram anexadas às propriedades. É comum ocorrer à divisão da propriedade com os proprietários ainda em vida, que passam a utilizar a área em usufruto, e em parceria com os herdeiros.

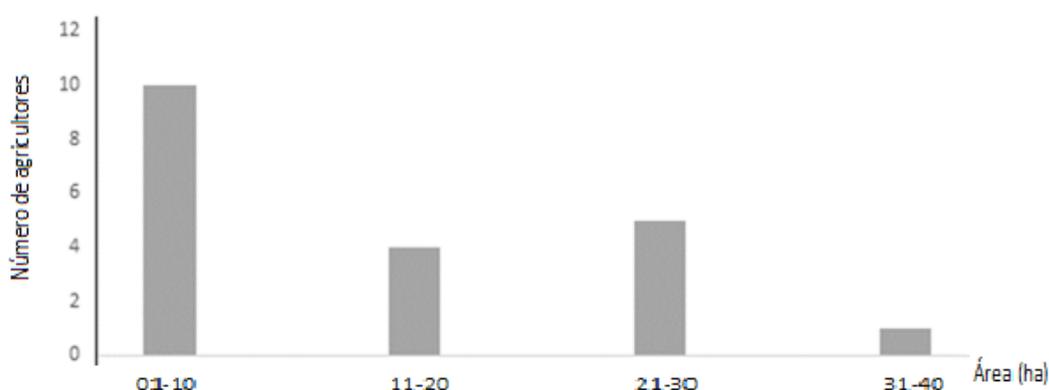


Figura 1. Tamanho das propriedades no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).

Fonte: Dados da pesquisa.

Os agricultores familiares, ao serem questionados, relataram as políticas públicas mais recentes a que tiveram acesso (Figura 2), indicando que as mais acessadas foram as de âmbito federal: PRONAF, PNAE, PAA, e Luz Para Todos. Dentre as políticas estaduais citaram apenas o Programa Minas Sem Fome (MSF), que tem o objetivo estratégico de buscar a segurança alimentar e nutricional, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. A ATER como política pública foi citada apenas por um dos entrevistados, porém como ele disse: “(...), *mas essa não conta, a EMATER é nossa!*”. No entendimento dele, as políticas públicas são do governo federal e se apresentam distantes, necessitando de um interlocutor, no caso os técnicos da EMATER-MG, que são com quem mantêm relação de confiança, e proximidade. Todos entrevistados relataram que percebem a ATER como divulgadora e executora das políticas públicas para a agricultura familiar.

A renda gerada na comercialização dos produtos através do PAA, e PNAE, bem como nas feiras era, de acordo com os entrevistados, utilizada para investimentos e custeio da produção, segurança alimentar e nutricional da família, aumento do patrimônio familiar e

pagamentos dos projetos do PRONAF. A renda mensal dos agricultores apurada na entrevista foi de: até um salário mínimo para 10% dos entrevistados; até dois salários mínimos para outros 30%; até três salários para 20%; até quatro salários para 20%; e até seis salários para os 20% restantes. Todos afirmaram que tiveram aumento da renda a partir da participação nas políticas públicas de comercialização (PAA e PNAE). A renda oriunda desses programas foi utilizada, principalmente, para o custeio e investimento na unidade de produção, bem como na melhoria da qualidade de vida da família.

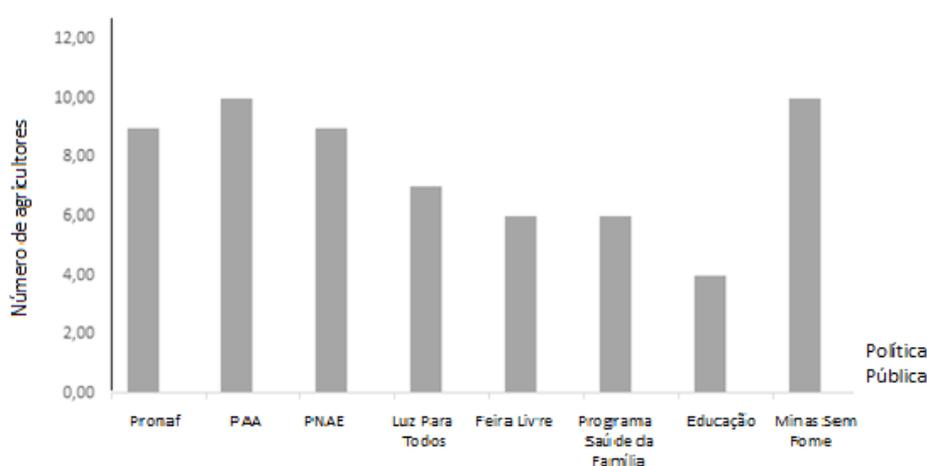


Figura 2 – Políticas públicas mais acessadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses resultados estão na perspectiva, apontada por Paula *et al.* (2014), de que tanto o PAA quanto o PNAE ao promoverem a aproximação entre agricultores familiares e consumidores, possibilitam a conexão entre campo e cidade, e assim contribuem para o enfrentamento dos problemas sociais, nutricionais e econômicos presentes no meio rural brasileiro.

Verificou-se ainda que para todos entrevistados o ganho, além de financeiro, foi também social, tendo contribuído para elevação da autoestima. Relataram que se sentiram estimulados a produzir, ao serem valorizados na função de produtores de alimentos. Em decorrência do envolvimento nesse processo, passaram a participar também de feiras livres, feiras da agricultura familiar, exposições locais, regionais, estaduais e nacionais. Uma agricultora entrevistada relatou que ela e seus familiares passaram a ter prazer em produzir

para vender, pois começou a perceber que o produto da roça tem valor, acrescentando que essa mudança aconteceu com a venda direta, ao estabelecer uma relação de confiança com os consumidores.

De acordo com Mendes e Guedes (2010), “A agricultura familiar, se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar em grande potencializadora de um desenvolvimento regional descentralizado, voltado para a perspectiva da sustentabilidade”. Isso, principalmente no caso de se buscar conhecer as potencialidades locais naturais e culturais, de forma a associar a agricultura com outras atividades, de forma que o conjunto contribua para promover o desenvolvimento sustentável local.

Os princípios agroecológicos podem nortear esse processo de transformação do processo social e produtivo. Para isso deve-se buscar a mudança do manejo de nutrientes, de forma que o fluxo destes esteja baseado na reciclagem, promovendo-se uma crescente dependência em relação a processos naturais. Dentre esses, podem ser citados como exemplos a fixação biológica de nitrogênio e as relações com fungos micorrízicos; utilização de fontes renováveis de energia; e eliminação do uso de insumos sintéticos não renováveis oriundos de fora da unidade produtiva, que podem potencialmente causar danos ao ambiente e à saúde de agricultores e consumidores. Destaca-se ainda as dimensões sociais e culturais, posto que a transição agroecológica deve ser entendida como um processo, ao mesmo tempo, social e técnico, que articula múltiplos atores, mercados, tecnologias, instituições e formas de conhecimento. Busca construir um manejo novo, cheio de especificidades, uma agricultura com características locais, onde o agricultor se relaciona de forma profunda e diferenciada com os agroecossistemas.

Essa busca insere-se no que Gliessmann (2009) estabelece como transição agroecológica. Processo de mudanças na perspectiva da sustentabilidade, que segundo o autor envolve diversas etapas, dentro e fora do sistema de produção, que podem ser maiores ou menores em função do grau da sustentabilidade inicial. Didaticamente, define três etapas que referem-se a transição interna do sistema produtivo: redução e racionalização do uso de insumos químicos; substituição de insumos químicos por outros de origem biológica; e manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. Por fim, além dessas três, estabelece uma quarta etapa que transcende a unidade de produção, referindo-se a um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade.

Apesar de não estarem inseridos em processo de transição agroecológica, os agricultores familiares de Cocais entrevistados relataram práticas de base agroecológica que utilizavam na produção agropecuária. Estas estavam inseridas no contexto de ações promovidas pela EMATER-MG, visando o desenvolvimento local sustentável. Em consequência, atividades esquecidas, como o mutirão, estavam ressurgindo no distrito de Cocais, ainda que modestamente.

A utilização de práticas inovadoras na região, bem como o resgate e valorização de práticas tradicionais, norteavam o trabalho de ATER da EMATER-MG em Cocais, com ênfase nos aspectos culturais. As práticas agroecológicas mais utilizadas pelos agricultores eram o uso de esterco, a rotação de culturas e o pousio (Figura 3). Outras práticas agroecológicas eram utilizadas de acordo com o nível tecnológico do produtor e a disponibilidade de mão de obra.

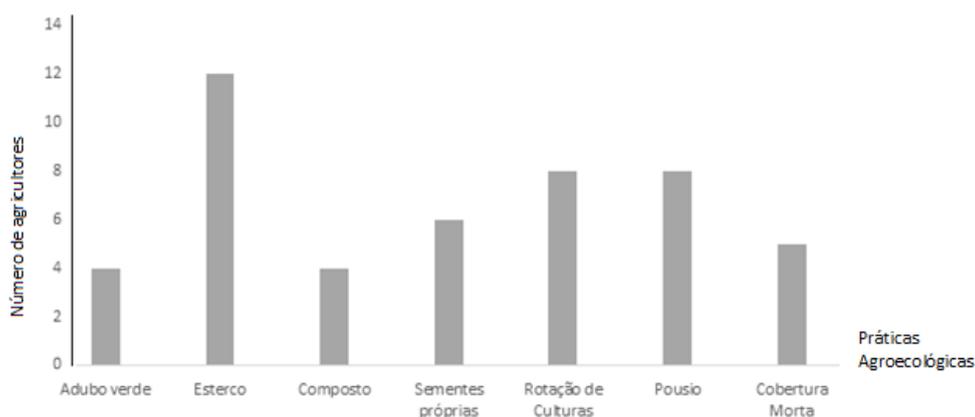


Figura 3. Práticas agroecológicas utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).

Fonte: Dados da pesquisa.

A dinâmica populacional do rural brasileiro tem sido marcada pela drástica diminuição de sua população, principalmente nos últimos 50 anos. Atualmente, em percentuais absolutos, essa diminuição perdeu a intensidade, entretanto, ainda continua presente, e mantém-se acentuada em algumas regiões. Todavia, conforme afirmam Camarano e Abramovay (1999), no país o êxodo rural apresenta-se hoje revestido de duas novas formas: a saída principalmente de homens e o envelhecimento da população rural.

Em Cocais, observou-se o envelhecimento acentuado da população rural, com baixa sucessão familiar e uma idade média dos entrevistados de 55 anos. Levantamento, também realizado no local, pelo Programa de Saúde da Família – PSF Cocais, identificou 2699 indivíduos moradores do distrito, conforme apresentado na Tabela 1, com sua distribuição por faixa etária e sexo (Drummond, 2014). É possível verificar que existia um equilíbrio entre o número de indivíduos do sexo masculino e feminino por faixa etária.

De acordo com essa tabela, a população com mais de 50 anos era de 694 indivíduos, que representava 48% da população em fase produtiva, somando a esta o grupo que estava na faixa entre 16 a 49 anos, que era de 1449 indivíduos. No entanto, essa população em fase produtiva em sua maioria desenvolvia atividades econômicas, que não estavam relacionadas com o meio rural, principalmente ligadas à mineração. Dos entrevistados, 70% eram do sexo feminino, destacando a importância da mulher na produção de alimentos e garantia da segurança alimentar e nutricional, e confirmou em Cocais o entendimento de característica masculina do atual fluxo de êxodo rural.

Tabela 1. População do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG), de acordo com a faixa etária.

Faixa etária (anos)	Número de indivíduos por sexo		Total
	masculino	feminino	
0 a 15	287	269	<b>556</b>
16 a 49	714	735	<b>1449</b>
≥ 50	352	342	<b>694</b>
<b>Geral</b>	<b>1353</b>	<b>1346</b>	<b>2699</b>

Fonte: Adaptado do Programa de Saúde da Família do Distrito de Cocais/Unidade Básica de Saúde, (Drummond, 2014).

Verificou-se junto aos entrevistados um baixo índice de escolaridade: 35% tinham o ensino fundamental I incompleto, e 37% tinham o ensino fundamental I completo, totalizando 72% que não tinham o ensino médio. Esses dados estão próximos do que se observa do Censo 2010, do IBGE, pelo qual, quase metade, 49,25% da população brasileira, com 25 anos ou mais não têm o ensino fundamental completo. O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nessa faixa etária não terminaram o ensino fundamental.

As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares entrevistados eram: produção vegetal - 72%; beneficiamento de produtos - 50%; e produção animal (40%). Fora da unidade produtiva as principais atividades desenvolvidas pelos familiares dos entrevistados eram: mineração (70%), outras atividades<sup>3</sup> (20%) e comércio (10%).

Dentre os vinte entrevistados, nove relataram que familiares retornaram para a atividade agrícola vindos de outros setores da economia nos últimos 10 anos, acrescentando ainda que as melhores condições de vida e oportunidades advindas das políticas públicas de comercialização para o meio rural contribuíram para esse retorno.

O retorno desses familiares a atividade agrícola estava associado às melhores possibilidades de comercialização relacionadas com o acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE). Isso indica a importância que essas políticas públicas adquiriram localmente, do ponto de vista da inclusão social e da ampliação das oportunidades, da mesma forma como apontam Anjos e Becker (2014), ao destacar a importância dos mercados institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento dos territórios rurais.

A maior dificuldade na condução das unidades produtivas, relatada por 78% dos entrevistados, foi à baixa oferta de mão de obra no meio rural, aliada ao envelhecimento da população. Em seguida, as questões decorrentes das mudanças climáticas, como a escassez de água e mudança do comportamento das estações do ano, apareceram em 69% dos relatos como fator a ser enfrentado pela população rural na continuidade das atividades em suas unidades de produção. Outras dificuldades relatadas foram: preocupação com segurança pública (45%); baixa cobertura da telefonia rural (27%); baixo alcance do sistema de saúde (20%); ausência da eletrificação rural (15%); e infraestrutura de estradas rurais (15%).

Já os aspectos facilitadores na condução da unidade de produtiva (Figura 4), refletiram diretamente de forma favorável na atividade agrícola, com destaque para as políticas públicas relacionadas a ATER, comercialização e crédito rural, que nos últimos 15 anos contribuíram para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares de Cocais. De acordo com os entrevistados, as condições de qualidade de vida foram favorecidas e tiveram o acesso facilitado a recursos financeiros para investimento e custeio nas atividades produtivas.

---

<sup>3</sup> Construção civil, prestação de serviços domésticos e outros.

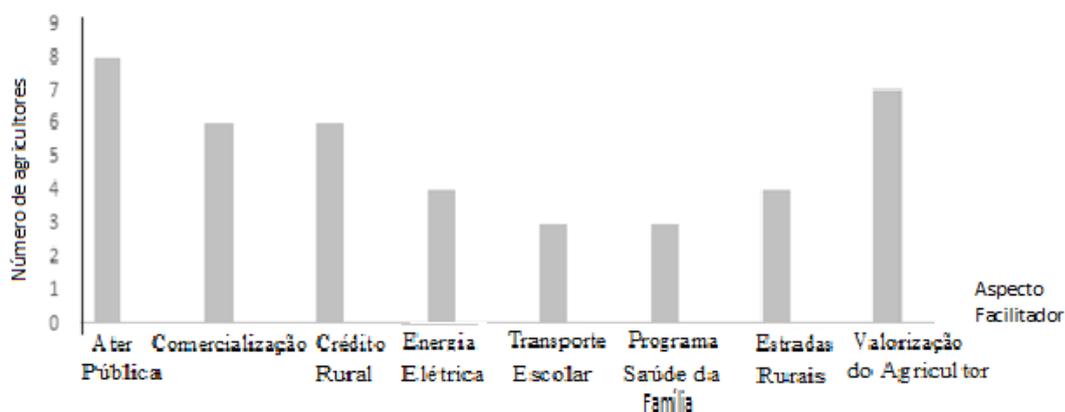


Figura 4. Aspectos facilitadores identificados pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, apesar desses resultados, os agricultores familiares entrevistados demonstraram inquietação com a continuidade da produção agrícola por seus descendentes, bem como com o retorno a essa atividade de familiares que ainda trabalhavam fora de suas unidades de produção. Citaram então temas importantes para melhorar o desempenho produtivo da agricultura na região: ampliar ainda mais os novos canais de comercialização; estratégias para reduzir a escassez de água; redução do custo da energia elétrica; continuidade da ATER pública e gratuita e demais políticas públicas para o meio rural; e ações específicas voltadas aos jovens rurais.

## 5. Considerações finais

As políticas públicas avaliadas nesse estudo influenciaram diretamente e positivamente a qualidade de vida dos agricultores familiares do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG). Elas têm atuado como mecanismo de fortalecimento da atividade agrícola, ainda que a mineração continue a atrair mão de obra na região. A pesquisa constatou que, nos últimos 15 anos, houve retorno de membros das famílias agricultoras para as unidades de produção, em grande medida com o apoio das políticas públicas para o meio rural promovidas na região que proporcionaram aumento na ocupação e geração de renda.

Essas políticas públicas têm representado estímulo à participação dos agricultores familiares locais em novos mercados, individualmente em pontos de venda direta ou coletivamente com a ação em grupo para acessar os mercados institucionais. O que têm

proporcionado aos agricultores oportunidade de envolvimento em ações de construção de um processo participativo e justo de desenvolvimento, com crescimento pessoal e resultados visíveis na desenvoltura em processos de negociação, perceptíveis na maior clareza e capacidade de expressão.

A assistência técnica e extensão rural pública e gratuita têm atuado no município de Barão de Cocais (MG) de forma a promover o acesso às políticas públicas dos diferentes níveis: federal, estadual e municipal, fortalecendo os vínculos entre os agricultores, bem como suas formas associativas, contribuindo para resgatar práticas culturais e sociais que preservem a identidade dos agricultores familiares do distrito de Cocais. Essas práticas podem representar novos serviços e produtos não agrícolas, como artesanato e turismo rural, que valorizam a multifuncionalidade no meio rural, que pode incluir ainda o pagamento por serviços ambientais.

A produção por estes agricultores, de alimentos em bases agroecológicas, saudáveis e sustentáveis, passou a ter espaço em diversos canais de comercialização, com destaque para circuitos curtos e mercados institucionais. Por sua vez, essa ampliação dos espaços de comercialização os estimulou à diversificação produtiva, que possibilitou melhorarem a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e do público atendido.

As políticas públicas aqui consideradas atenderam um público antes esquecido: a atividade da agricultura familiar, que ganhou visibilidade na sociedade, e contribuíram de forma decisiva para: preservação da cultura; segurança e soberania alimentar e nutricional; e conservação da biodiversidade. Tudo isso com reforço à pluriatividade, desenvolvida em Cocais com atividades agrícolas e não agrícolas agregando valor aos produtos e serviços da agricultura familiar local.

Assim, os agricultores familiares despertaram para a possibilidade de uma agricultura diferenciada, com manejo e práticas de bases agroecológicas, que tem por princípio a valorização da vida e construção compartilhada de conhecimentos. Finalizando, entende-se que, se houver continuidade das políticas públicas em curso e o fortalecimento da ATER pública e gratuita para todos os agricultores familiares, haverá aumento de ocupação, geração de renda e oferta de alimentos saudáveis de forma sustentável, possibilitando que o espaço rural seja atrativo econômica e socialmente para um número maior de pessoas.

### Referências bibliográficas

ANJOS, F.S. dos; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**. v.45, p.92-101, 2014.

BASTOS, R.C.; BIFANO, A.C.S.; LORETO, M. das D.S. de. Política pública e agricultura familiar: a eficácia do pnae no município de pequeno porte. Teófilo Otoni: **Revista de Políticas Públicas e Segurança Social**. v.1, n.2, p.75-99, 2017.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf). Acessado em 11/01/2016.

CAMPOS, H. G.; FARIA, R. M. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Lê. 2005. 200p.

DIAS, M. **Cocais** – terra da quitanda. In: Prefeitura Municipal de Barão de Cocais. 2015. Disponível em: <http://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/cocais----terra-da-quitanda/7205>. Acessado em 02/04/2020.

Drummond, G.M. **Levantamento Programa de Saúde da Família** – PSF Cocais (2014) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[odontococais@yahoo.com](mailto:odontococais@yahoo.com)> em 10/10/2014.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009. 654p.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. da S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul**. Texto para discussão FEE 113. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013. 20p.

IBGE. **Censo 2010**. Acessado em 13/01/2016. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

IBGE. Dados demográficos e territoriais do município de Barão de Cocais-MG. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310540&search=infogr%E1ficos:-ia%E7%F5es-completas>. Acessado em 08/05/2014.

MENDES, F.C. GUEDES, C. A. M. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação**. ENAPEGS, Lavras, 2010.

MENDES, R.B. **Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar**: estudo de caso no Distrito de Cocais, Município de Barão de Cocais (MG). 2016. 51 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

PAULA, M.M. de; KAMIMURA, Q.P.; SILVA, J.L.G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar Dificuldades e desafios. Brasília: **Revista de Política Agrícola**. v.23, n.1, p.33-43, 2014.

REZENDE, V.L. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. Uberlândia: **Sociedade e Natureza**. v.28, n.3, p.375-384, 2016.

SILVA, S.P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. São Paulo: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v.16, n.58, p.126-144, 2011.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, 2010, p.933-945. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf). Acessado em 04/01/2016.

Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais – MG

MENDES, Rejane Beatriz  
ASSIS, Renato Linhares de

WITTMANN, V.D. Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): perspectivas para a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.